



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Apelação Cível nº 0324036-8

4ª Câmara Cível

Apelação Cível nº 0324036-8

Apelante: Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S/A

Apelado: Maria do Socorro Barros do Nascimento

Des. Relator: Tenório dos Santos

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E SECURITÁRIO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS. ÓBITO DO SEGURADO. RECUSA DE PAGAMENTO DO SEGURO DE VIDA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DO SINISTRO NÃO IMPEDE A PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA. PRINCÍPIO DA INAFSTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO PONTUAL DOS FATOS NARRADOS NA EXORDIAL. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. ART. 302 CPC. DEVER DE INDENIZAR. DANO MATERIAL E MORAL. CONFIGURADO. RECURSO DE APELAÇÃO NÃO PROVIDA. UNANIMIDADE DE VOTOS.

- A ausência de comprovação da comunicação do sinistro não impede a propositura da ação de cobrança securitária, sob o risco de ofensa ao disposto no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal (princípio da inafastabilidade da jurisdição);

- Diante da ausência de impugnação específica dos fatos narrados na inicial, presume-se como verdadeiras as assertivas trazidas pela autora no sentido de que existe o contrato nos valores indicados e do qual seu



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Apelação Cível nº 0324036-8

cônjuge era segurado, bem como de que houve o aviso do sinistro na pessoa do gerente Pedro Henrique Santos, sem o pagamento da devida indenização (art. 302 do CPC), razão pela qual devido o pagamento da indenização decorrente da morte do segurado;

- A recusa indevida à cobertura pleiteada é causa de danos morais, já que agrava a situação de aflição psicológica e de angustia da beneficiária, na medida em que se encontra em condição de dor e de abalo psicológico em razão da morte do segurado;

- Recurso de apelação não provido à unanimidade de votos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os Autos de Apelação Cível nº 0324036-8, em que é Recorrente **Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência**, e Recorrido **Maria do Socorro Barros do Nascimento**, **ACORDAM** os Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível, por unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** ao apelo, na conformidade do relatório, do voto, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado.

Recife, 12/06/14.

**Des. Tenório dos Santos**

**Relator**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

4ª Câmara Cível

Apelação Cível nº 0324036-8

Apelante: Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S/A

Apelado: Maria do Socorro Barros do Nascimento

Des. Relator: Tenório dos Santos

**RELATÓRIO**

Adoto, inicialmente, o relatório da sentença de fls. 134/137, e acrescento o que se segue.

Cuida-se de recurso de apelação manejado em face de sentença proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Recife, que julgou procedente a presente ação ordinária, para "condenar a seguradora ré ao pagamento da indenização do seguro na importância de R\$ 15.789,54, corrigida monetariamente pela tabela do TJPE da data da ação, e juros de 1% ao mês da data da citação, até a data do efetivo pagamento. Condeno-a, ainda, pelo dano moral na quantia de R\$ 4.000,00, com a correção monetária a partir desta data (súmula 362 do STJ) e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação."

Em suas razões recursais (fls. 142/164) a parte autora requer, em síntese, a reforma da sentença sustentando que a demanda deve ser julgada improcedente uma vez que a seguradora não procedeu com o dever legal e contratual de comunicar à seguradora sobre o sinistro. Ademais, assevera que não restam configurados os pressupostos para configuração da responsabilidade civil no caso concreto, bem como que o valor fixado a título de danos morais, caso mantido, deve ser minorado.

Contrarrazões apresentadas às fls. 172/181 rogando pela manutenção da sentença proferida pelo juízo de piso.

É o relatório, no essencial.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Apelação Cível nº 0324036-8

À Douta Revisão.

Recife,

23/4/14.

Des. Tenório dos Santos

Relator

134



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL

Proc. n.º 0037289-33.2011.8.17.0001

SENTENÇA N.º 618/2013

**MARIA DO SOCORRO BARROS DO NASCIMENTO** promoveu AÇÃO DE COBRANÇA DE PRÊMIO SEVURITÁRIO C/C DANO MORAL contra **SENA SEGURANÇA INTELIGENTE E TRANSPORTE DE VALORES LTDA. e MAPFRE VERA CRUZ VIDA E PREVIDENCIA S/A**, afirmando que em decorrência do falecimento de seu esposo, Antônio Pereira do Nascimento, ocorrido em 09/07/2010, possui direito a receber verba indenizatória decorrente de seguro de vida contratado com a interveniência do empregador dele, o primeiro Demandado, no valor de R\$ 15.789,54, que corresponde a 26 vezes o salário dele de R\$ 607,29.

Afirma, ainda, que como vigilante e a convenção do trabalho, o empregador (SENA) é obrigado a manter seguro de vida em favor de seus empregados e o contrato de seguro foi efetivado com a segunda Demandada. Recebeu as verbas trabalhista da Sena e preencheu a comunicação de morte encaminhando-a à Seguradora e foi recebida pelo gerente da Mapfre Sr. Pedro Henrique Santos que lhe informou que a Sena estaria em débito com a Seguradora por isso deveria aguardar o saneamento da dívida e o sinistro seria pago. Nunca mais recebeu qualquer resposta.

Por fim, pugnou pelo pagamento do seguro no valor de R\$ 15.789,54, que corresponde a 26 vezes o salário dele de R\$ 607,29, a exibição da apólice de seguro cuja apresentação foi negada por ambos os Réus, ser indenizada pela dano moral no valor de R\$ 31.579,08 e a gratuidade da justiça. Juntou documentos.

No despacho inaugural foi deferida a gratuidade da justiça (fl. 41).

A Seguradora MAPFRE VERA CRUZ VIDA E PREVIDENCIA S/A apresentou contestação (fl. 47) acompanhada dos documentos de representação. Alegou, preliminarmente, falta de interesse de agir, impossibilidade de condenação em honorários advocatícios, inépcia da inicial por deficiência de narrativa e ausência de causa de pedir. No mérito, em suma, alegou que não houve a recusa porque não houve aviso do sinistro com apresentação dos documentos necessários, não houve dano moral.

A Demandada SENA SEGURANÇA INTELIGENTE E TRANSPORTE DE VALORES LTDA. Apesar de regularmente citada deixou escoar o prazo sem contestar, conforme certidão de fl. 96.

Houve réplica fl. 101.

Na audiência preliminar foi suspenso o processo para as partes tentar a conciliação (fl. 120), mas decorreu o prazo sem notícia de sua realização, conforme certidão de fl. 124 e petição de fl. 128.

Está feito o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO.

1113

O processo comporta julgamento no estado em que se encontra considerando que na audiência preliminar não houve protesto pela dilação probatória por qualquer das partes.

#### Das preliminares.

A Seguradora arguiu as preliminares de falta de interesse de agir, impossibilidade de condenação em honorários advocatícios, inépcia da inicial por deficiência de narrativa e ausência de causa de pedir.

Quanto a falta de interesse de agir disse a Seguradora que não houve comprovação da pretensão resistida.

Ocorre que a Autora alegou na inicial que avisou-a através de seu Gerente Sr. Pedro Henrique Santos e em relação a este fato a contestante nada disse, ou seja, essa questão pé atinente ao mérito e não como prejudicial, por isso a afasto.

Com relação a impossibilidade de condenação em honorários advocatícios igualmente é matéria atinente ao mérito da causa, por isso a afasto.

Quanto a inépcia da inicial por deficiência de narrativa e ausência de causa de pedir verifica-se que qualquer homem médio tem alcance da narrativa dos fatos, fundamentos jurídicos e pedido, de sorte que não impede a ampla defesa, aliás, como bem fez a contestante através de seus competentes advogados, assim, também afasto essas preliminares.

#### Do mérito.

Cinge-se a demanda acerca do cumprimento de obrigação por parte da Seguradora da quantia de R\$ 15.789,54, requerida pela autora, em virtude de contrato de Seguro de Vida firmado por seu esposo, Antônio Pereira do Nascimento, que faleceu em 09/07/2010, cujos pagamentos eram feitos através do empregador de seu esposo a SENA.

A Autora afirmou que entrou em contato com a Seguradora visando receber a indenização do seguro através do Gerente Sr. Pedro Henrique Santos e este lhe teria dito que a SENA estava com os pagamentos em atraso e quando fosse resolvido o pagamento da dívida lhe informaria, contudo nunca recebeu a comunicação da Seguradora ou da SENA.

Sobre esse fato a Seguradora sustentou apenas que em seus registros não constava a regulação do sinistro. E só.

Não negou que havia a contratação do seguro e sua existência. Também não negou que não existe o Gerente Pedro Henrique Santos no seu quadro de funcionários e que este jamais recebeu a Autora em seu estabelecimento. Sobre esses fatos a Seguradora nada refutou.


A lei processual impõe à parte demandada: "*Art. 302. Cabe também ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial. Presumem-se verdadeiros os fatos não impugnados.*"

Com isso, o legislador entabulou que compete ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial, sob pena de presumir-se verdadeiros os fatos não impugnados.

Também compete ao réu o ônus da prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 333, II).

Nesse sentido, a Seguradora não se desincumbiu de impugnar precisamente os fatos narrados na petição inicial nem trouxe a prova da inexistência de fato impeditivo do direito da Autora como lhe impõe a lei processual.

ccf 5  
2

135  


Nesse sentir, presume-se verdadeiro o fato articulado pela Autora de que esteve em companhia de gerente (preposto) da Seguradora Ré para pedir a indenização que lhe cabia pelo contrato, este também não impugnada sua existência. Se restou demonstrado que a Autora procurou a Seguradora Ré deflagrando a regulação do sinistro, competia a esta dar o seguimento ao pedido e não o contrário.

Por outro lado, a Autora que o seu falecido esposo era vigilante da Sena Segurança Inteligente e Transporte de Valores Ltda., conforme documentos de fl. 22/23, além da presunção da verdade, tanto pela revelia da Empresa de Transporte de Valores como pela ausência de impugnação desse fato pela Seguradora Mapfre. Além disso, também restou provado a exigência na contratação do seguro de vida em favor dos vigilantes (fl. 26), bem como a existência do contrato com a Seguradora Ré e o aviso de sinistro através do gerente da Seguradora, como vimos acima, conforme art. 333, I, do CPC.

Sobre contrato de seguro o Código Civil dispõe no art. 757: "*Pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados*".

O contrato de seguro, na modalidade de apólice única para um grupo de pessoas, faz parte da categoria dos contratos de adesão. É elaborado pelo segurador e deverá ser obrigatoriamente aceito pelo segurado.

A sua contratação é instrumentalizada pela estipulante - SENA - junto a própria seguradora, compulsória, não sendo dada oportunidade ao beneficiário de discutir cláusulas, prêmios, ou, tampouco, eleger a seguradora.

Sendo contrato de adesão encontra-se sob a égide do Código de Defesa do Consumidor.

Assim, compete interpretar a apólice no sentido mais favorável ao segurado ou a seu beneficiário, naqueles pontos mais enigmáticos, ou quando sobrevenham dúvidas.

Anota Pedro Alvim que "(...) o seguro faz parte da categoria dos contratos de adesão. É elaborado geralmente pelo segurador e deverá ser aceito pelo segurado. Admite-se, então, que, em caso de dúvida, seja resolvido contra o segurador". (O Contrato de Seguro, Rio de Janeiro, Forense, 1.983, p. 174).

Por isso, é presumível que a Autora não tenha uma cópia da apólice respectiva, mas por outro lado, a Seguradora Ré deve ter em seus arquivos, mas preferiu não trazê-la aos autos.

Noutro vértice, o contrato permanece hígido, pois sequer houve alegação de suspensão ou cancelamento por inadimplência. Confira-se a jurisprudência sobre essa questão:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. DANOS MORAIS. SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS. CONTRATO NÃO SUSPENSO NEM RESCINDIDO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. IMPROVIMENTO.**

**1.- A análise da alegação recursal demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, obstado nesta instância, conforme o disposto na Súmula 7/STJ.**

**2.- O agravo não trouxe nenhum argumento novo capaz de modificar a conclusão alvitrada, a qual se mantém por seus próprios fundamentos.**

**3.- Agravo Regimental improvido.**

(AgRg no AREsp 212.262/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/09/2012, DJe 05/10/2012)

E parte do voto do Ministro:

**"6.- Com efeito, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ao analisar o conjunto fático-probatório presente nos autos, destacou que o contrato de seguro, com abrangência à data do sinistro, permaneceu hígido, nem suspenso, nem rescindido, in verbis (e-STJ fls. 133/134):**

  
3

Muito claro na exposição documental, de que não deixou margem para o débito automático do prêmio do seguro a partir de dezembro de 2005, pois não trouxe outros extratos que se seguiram em demonstração do contrário. Contudo, e esse é o nó górdio, em nenhum momento a partir disso cuidou a seguradora de interpelá-lo, para constituir-lo em mora.

E tanto mais, que mesmo com essa intercorrência de falta do pagamento do prêmio do seguro até o vencimento dessa primeira apólice, sem solução de continuidade, consentiu a contratada (seguradora) firmar outra para período anual seguinte (2006/2007 - fls. 19).

Traduz isso, que o contrato de seguro em questão, com abrangência à data do sinistro, permaneceu hígido. Nem suspenso nem rescindido.

Conforme compreensão firmada no Superior Tribunal de Justiça (precedentes: REsp 867.489-PR, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, j. 14/09/2010 e REsp 403.155-SP, Rel. Min. Luís Felipe Salomão, j. 18/06/2009):

"A Turma reiterou o entendimento de que é necessária a prévia notificação do segurado para sua constituição em mora e a consequente suspensão ou rescisão do contrato de seguro, pois seu desfazimento não é automático....

" Esta Corte não dissente na interpretação. No julgamento da Apelação c/ Revisão nº 992.06.068.0845-8, Rei. Des. Nestor Duarte, extrai-se o seguinte excerto:

"Desta maneira, ausente interpelação, notificação ou aviso da seguradora à segurada, ainda de forma extrajudicial, pelo correio que fosse, não se cogita de rescisão, de cancelamento, de suspensão do seguro nem de perda do direito à cobertura, que haverá de ser honrada, com abatimento de eventual débito.

Logo, e por conclusão, ante o sinistro, incapacidade parcial permanente do segurado, uma vez que não estava constituído em mora, sem qualquer dúvida, manteve-se com direito à indenização do seguro, na forma que vigia estipulada na apólice, logicamente que abatidos os prêmios do seguro do período contratual que não honrou.

Assim, para infirmar os fundamentos do Acórdão recorrido e acolher a tese sustentada pelo Agravante seria necessário proceder ao reexame de provas, o que é vedado nesta instância, a teor da Súmula 7 desta Corte".

Conclui-se, portanto, verdadeiros esses fatos, portanto, a Seguradora deve indenizar a Autora como esposa do *de cujos*, conforme certidão de fl. 40. Se não há beneficiário na apólice, deve ser indenizada a esposa do *de cujos*, nos termos do art. 792 do Código Civil. Registre-se que não foi mencionada a existência de filhos do *de cujos* nem consta qualquer informação na certidão e óbito de fl. 40. Portanto, a Autora está legitimada a receber a indenização do seguro de seu esposo.

Sobre o valor devida da indenização do seguro também não houve repulsa da Seguradora, portanto é o indicado pela Autora no importe de R\$ 15.789,54, que corresponde a 26 vezes o salário dele de R\$ 607,29, conforme previsto no documento de fl. 26.

Os juros de mora fluem a partir da citação conforme fixou a jurisprudência:

"CONTRATO DE SEGURO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. APRECIÇÃO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. BENEFICIÁRIA DE SEGURO. VÍNCULO CONTRATUAL. JUROS DE MORA. A CONTAR DA CITAÇÃO.

**2. Por se tratar de obrigação contratual, os juros de mora devem incidir desde a citação, conforme decidido pela Corte local".**

(EDcl no Ag 1237254/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2011, DJe 16/09/2011)





136

Com relação ao pedido de dano moral entende-se que a Autora suportou transtornos que superaram o mero dissabor, tanto pela desídia da Seguradora em receber e processar o pedido de seguro de vida, como pela demora e angústia contínua ao longo dos anos sem receber o seguro que considera legítimo o seu recebimento após a morte do esposo. Assim, restou configurado o dano moral.

Nesse sentido, a jurisprudência (destacado e no que interessa):

**"AGRAVO REGIMENTAL. SEGURO DE VIDA. COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO. ALEGAÇÕES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM E AUSÊNCIA DE DANO MORAL. QUESTÕES DECIDIDAS COM BASE NAS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS DA CAUSA. RECURSO ESPECIAL. REEXAME DE PROVAS. DESCABIMENTO. SÚMULA STJ/7. REDUÇÃO DO VALOR DA CONDENAÇÃO. DESCABIMENTO.**

1.- Analisando as circunstâncias fáticas da causa, concluiu o Tribunal de origem pela legitimidade passiva da instituição financeira, **bem como que o autor suportou transtornos que superaram o mero dissabor, motivo pelo qual condenou-a ao pagamento de reparação a título de danos morais**, não podendo essas questões serem revistas nesta sede excepcional, ante o óbice da Súmula STJ/7.

2.- É possível a intervenção desta Corte para reduzir ou aumentar o valor indenizatório por dano moral apenas nos casos em que o quantum arbitrado pelo Acórdão recorrido se mostrar irrisório ou exorbitante, situação que não se faz presente no caso em tela.

3.- Agravo Regimental improvido".

(AgRg no AREsp 204.741/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/12/2012, DJe 04/02/2013)

**"AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - DANO MORAL - RECUSA DE PAGAMENTO DE SEGURO DE VIDA - QUANTUM INDENIZATÓRIO DENTRO DOS LIMITES DA RAZOABILIDADE - RECURSO IMPROVIDO".**

(AgRg no Ag 1157055/RJ, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/05/2010, DJe 18/06/2010)

**"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AFOGAMENTO. CRIANÇA. PISCINA DE CONDOMÍNIO EDILÍCIO. SUCÇÃO DOS CABELOS DA VÍTIMA PELO SISTEMA DE DRENAGEM E FILTRAGEM DA PISCINA. ESTADO VEGETATIVO PERMANENTE. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CULPA CONCORRENTE DA GENITORA. DESCUIDO QUANTO AO DEVER DE VIGILÂNCIA. INEXISTÊNCIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. CUMULATIVIDADE. DOTE. ART. 1.538, §2.º, DO CC/1916. ACÓRDÃO ASSENTADO EM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FABRICANTE DO SISTEMA DE FILTRAGEM INSTALADO DE FORMA INADEQUADA PELO CONDOMÍNIO. NÃO CONFIGURAÇÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO CARREADO AOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA DO CONDOMÍNIO PELOS DANOS MORAIS DECORRENTES DA MORA NA INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA. COMPENSAÇÃO DE VERBAS INDENIZATÓRIAS DE DANOS MATERIAIS E VERBAS ALIMENTARES. IMPOSSIBILIDADE.**

**1. Ação indenizatória por danos materiais e morais, promovidas por mãe e filha menor em decorrência do afogamento desta última - que lhe impôs condição de vida em estado vegetativo permanente - em decorrência da sucção de seus cabelos pelo sistema de dreno/filtragem super dimensionado e indevidamente instalado no fundo de piscina condominial.**

(...)

5. Consoante o entendimento jurisprudencial sedimentado desta Corte Superior, "permite-se a cumulação de valores autônomos, um fixado a título de dano moral e outro a título de dano estético, derivados do mesmo fato, quando forem passíveis de apuração em separado, com causas inconfundíveis" (REsp n.º 210.351/RJ, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, DJU de 25/09/2000) 6. Assentado o acórdão recorrido em fundamento eminentemente constitucional, qual seja, a não recepção do art. 1538, §2.º do CC/1916 pela Carta Maior, escapa à competência desta Corte Superior, na via especial, a apreciação da matéria.

(...)

9. *Impõe-se à empresa seguradora pagamento de indenização pelos danos morais decorrentes da mora no pagamento do prêmio contratado, fato que impôs a exposição pública genitora da vítima, que se viu compelida a promover campanhas públicas de arrecadação de fundos necessários a cobertura para o pagamento da terapia em curso, em momento de fragilidade, fator inquestionável de angústia, sofrimento e dor.*

(...)"

(REsp 1081432/SP, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 03/03/2009, DJe 17/08/2009)

**AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. EXCLUSÃO DE DANOS MORAIS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. SÚMULA N. 5/STJ. VALOR DA INDENIZAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. VEDAÇÃO. SÚMULA N. 7/STJ.**

**1. Rever o acórdão recorrido quanto à existência de previsão, no contrato de seguro, de exclusão de danos morais implicaria reexame de cláusulas contratuais, procedimento inadmissível em âmbito de recurso especial, nos termos da Súmula n. 5/STJ.**

2. Em sede de recurso especial, não compete ao Superior Tribunal de Justiça revisar as premissas fáticas que nortearam o convencimento das instâncias ordinárias (Súmula n. 7/STJ).

3. O valor da indenização sujeita-se ao controle do Superior Tribunal de Justiça, sendo certo que, na sua fixação, recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível socioeconômico dos autores e, ainda, ao porte econômico dos réus, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso e atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso.

**4. In casu, o quantum fixado pelo Tribunal a quo a título de reparação de danos morais mostra-se razoável, limitando-se à compensação do sofrimento advindo do evento danoso.**

5. Agravo regimental improvido.

(AgRg no Ag 894.324/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 11/12/2007, DJ 11/02/2008, p. 119)

**"RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - SEGURO DE VIDA - ÓBITO - NÃO PAGAMENTO DO SEGURO PELA SEGURADORA - ALEGAÇÃO DE DOENÇA PREEXISTENTE - AUSÊNCIA DE EXAME CLÍNICO PRÉVIO - DEVER DE INDENIZAR - DANOS MATERIAIS E MORAIS - CONFIGURAÇÃO - REEXAME DE PROVAS - SÚMULA 07/STJ - JUROS MORATÓRIOS - RESPONSABILIDADE CONTRATUAL - TERMO INICIAL - CITAÇÃO - DANOS MORAIS - CORREÇÃO MONETÁRIA - INCIDÊNCIA A PARTIR DO MOMENTO DA FIXAÇÃO DO SEU QUANTUM - EXCESSIVIDADE DA CONDENAÇÃO - REDUÇÃO - NECESSIDADE.**

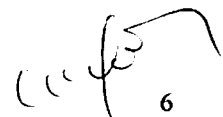
(...)

3 - Para concluir pela ocorrência do dano material e moral, o v. acórdão analisou todas as provas constantes nos autos. Assim, para se infirmar tal entendimento é necessário o reexame fático, o que é inviável nesta Corte (Súmula 07/STJ).

4 - No que concerne ao valor arbitrado a título de danos morais, (50% do pleiteado na exordial) mostra-se excessivo e não compatível com a lesão sofrida. Deveras, no caso em questão, inobstante o reconhecimento pela Corte local quanto a efetiva ocorrência do dano moral, em razão das conseqüências oriundas na recusa da seguradora em cumprir a obrigação expressamente contratada, há de se considerar na fixação do quantum reparatório os critérios de moderação e razoabilidade que informam os parâmetros avalladores adotados por esta Corte. Pois bem, ajustando-se tal o valor, e assegurando ao lesado justa reparação, sem incorrer em enriquecimento ilícito, reduzo o valor indenizatório, para fixá-lo, a título de danos morais, na quantia certa de R\$15.000,00 (quinze mil reais), cuja correção monetária deve se dar a partir da decisão que o fixou.

(...)"

(REsp 811.617/AL, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2006, DJ 19/03/2007, p. 359)

  
6

137

Para poder definir o *quantum* necessário para o perfeito arbitramento deve ser observada como regra que a satisfação em dinheiro não traga enriquecimento para um à custa do empobrecimento da parte adversa, analisando ainda, o que efetivamente se perdeu e o que se deixou de ganhar, utilizando-me do livre arbítrio, coadjuvado pelo que consta dos autos.

Quanto a condição da ofendida é viúva e aposentada. Analisando a capacidade da ofensora sabe-se ser uma grande empresa do ramo financeiro capacidade financeira elevada. O dano foi médio com a falta de eficiência na recepção da beneficiária do seguro e a demora em resolver a questão por longo período. Assim, arbitro prudentemente em R\$ 4.000,00.

#### DISPOSITIVO.

Ante o exposto, com fundamento nos preceitos legais citados na fundamentação, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para condenar a Seguradora Ré a pagar à Autora a indenização do seguro na importância de R\$ 15.789,54, corrigida monetariamente pela tabela do TJPE da data da ação, e juros de 1% ao mês da data da citação, até a data do efetivo pagamento. Condeno-a, ainda, pelo dano moral na quantia de R\$ 4.000,00, com a correção monetária a partir desta data (Súmula 362 do STJ) e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação.

Despesas processuais e honorários advocatícios pela Seguradora, estes em 15% sobre o valor da condenação (CPC – art. 20, § 3º).

Após o trânsito dê-se baixa e archive-se.

P. R. I.

Recife, 30 de julho de 2013.

  
Cláudio Malta de Sá Barretto Sampaio  
Juiz de Direito Substituto



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

198

*[Assinatura]*

Apelação Cível nº 0324036-8

4ª Câmara Cível

Apelação Cível nº 0324036-8

Apelante: Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S/A

Apelado: Maria do Socorro Barros do Nascimento

Des. Relator: Tenório dos Santos

**VOTO**

Cinge-se a controvérsia a respeito do pagamento de indenização securitária em favor da beneficiária Maria do Socorro Barros do Nascimento, em razão do falecimento do segurado/esposo Antonio Pereira do Nascimento, bem como sobre pleito de indenização em danos morais decorrente da negativa indevida.

Pois bem, assevera a seguradora que a apelada não procedeu com o aviso de sinistro do falecimento do segurado, razão pela qual restaria impossibilitada de proceder com o pagamento da indenização em face do princípio da exceção do contrato não cumprido e das normas do art. 476 e 771 do Código Civil.

A propósito, cumpre destacar o teor dos referidos dispositivos, *in verbis*:

Art. 476. Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.

Art. 771. Sob pena de perder o direito à indenização, o segurado participará o sinistro ao segurador, logo que o saiba, e tomará as providências imediatas para minorar-lhe as conseqüências.

Neste aspecto, destaco que a ausência de comunicação do sinistro não impede o pleito indenizatório previsto na apólice, sob o risco de ofensa ao

*[Assinatura]*



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

199

Apelação Cível nº 0324036-8

disposto no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal (princípio da inafastabilidade da jurisdição).

Além disso, ainda que ausente o aviso de sinistro, a seguradora ao contestar a demanda, bem como no decorrer da instrução processual, teve a oportunidade trazer todas as suas objeções quanto ao mérito, bem como produzir as provas pertinentes.

Assim, a mera alegação de não ter havido anterior aviso de sinistro do falecimento não pode, pois, culminar na improcedência da presente lide, em especial porque o conhecimento prévio do falecimento do segurado decorrente de "infarto agudo do miocárdio" em nada influenciaria na concessão ou não da indenização.

Outrossim, importante destacar que em contestação, a ré-apelante não se desincumbiu de impugnar pontualmente os fatos narrados na exordial - especificamente no que tange ao fato articulado na inicial de que a autora esteve na companhia do gerente Pedro Henrique Santos (preposto) da Seguradora Ré informando o sinistro e requerendo indenização que lhe cabia pelo contrato, bem como a existência do contrato e os valores da indenização - conforme lhe incumbia nos termos do art. 302 do CPC.

Isto porque, no presente caso, foram narrados na petição inicial, em síntese, os seguintes fatos: **a)** a existência de contrato de vida coletiva firmado entre a Mapfre - Vera Cruz Vida e Previdência S/A e a Sena Segurança Inteligência e Transporte de Valores; **b)** o referido seguro é de cobertura para todos os funcionários da empresa que desempenhassem a função de vigilante (dentre eles o marido da demandante); **c)** a existência de previsão contratual em caso de morte do pagamento de indenização do valor correspondente a 26 (vinte e seis) vezes o salário de Vigilante, o que na época do sinistro correspondia a R\$ 607,29 (seiscentos e sete reais e vinte e nove centavos); **d)** o



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

200

Tp.

Apelação Cível nº 0324036-8

óbito do marido da requerente na data de 09.07.2010 em decorrência de infarto agudo do miocárdio; e) a comunicação do sinistro ao gerente da empresa, o Sr. Pedro Henrique Santos, momento em que a autora foi informada que a Sena Segurança estava em débito com a seguradora, fato que impediria o pagamento da indenização; e f) a ausência de pagamento da indenização.

Assim, não atacados os fatos narrados na inicial, presume-se como verdadeiras as assertivas trazidas pela autora no sentido de que existe o contrato nos valores indicados e do qual seu cônjuge era segurado, bem como de que houve o aviso do sinistro na pessoa do gerente Pedro Henrique Santos sem o pagamento da indenização (art. 302 do CPC).

Com efeito, como sabido, o art. 300 do Código de Processo Civil disciplina o princípio da eventualidade, assim dispondo:

Art. 300. Compete ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.

Além disso, nos termos do art. 302 do CPC, cumpre ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial, presumindo-se verdadeiros os fatos não impugnados.

Art. 302. Cabe também ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial. Presumem-se verdadeiros os fatos não impugnados, salvo:

I - se não for admissível, a seu respeito, a confissão;

II - se a petição inicial não estiver acompanhada do instrumento público que a lei considerar da substância do ato;



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

201  
Rto.

Apelação Cível nº 0324036-8

III - se estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto.

Parágrafo único. Esta regra, quanto ao ônus da impugnação especificada dos fatos, não se aplica ao advogado dativo, ao curador especial e ao órgão do Ministério Público.

Desta sorte, a resposta do réu deve ser específica e pontual, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos narrados na inicial.

A falta de impugnação pontual no caso concreto, portanto, reputa verdadeiros os fatos narrados na exordial.

Por tais razões, correta a condenação da seguradora no pagamento da indenização por morte de segurado equivalente a importância de R\$ 15.789,54 (quinze mil setessentos e oitenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).

Passo a análise da questão referente a indenização por danos morais.

No que tange a negativa do pagamento indenizatório – presumida em decorrência da cominação legal do art. 302 do CPC -, entendo que a recusa indevida à cobertura pleiteada é causa de danos morais, já que agrava a situação de aflição psicológica e de angústia da beneficiária/autora, na medida em que se encontrava em condição de dor e de abalo psicológico, em razão da morte do segurado.

A propósito, destaco os seguintes julgados, vejamos:

**SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS - MORTE DO SEGURADO - RECUSA INJUSTIFICADA DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO CONTRATADA - INADIMPLENTO CONTRATUAL - ABALO PSÍQUICO RELEVANTE - DANO MORAL - CONFIGURAÇÃO - INDENIZAÇÃO DEVIDA** Se o inadimplemento contratual, a par de revelar-se destituído de justificativas plausíveis e seriedade jurídico-



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

202  
TJ

Apelação Cível nº 0324036-8

argumentativa, vier a produzir situação angustiante e aflitiva, com repercussão relevante na esfera psicológica da parte prejudicada, de se ter por configurado dano moral indenizável (TJ-SP - EI: 992070100798 SP, Relator: Andrade Neto, Data de Julgamento: 09/12/2009, 30ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 05/01/2010)

**Seguro de vida e acidentes pessoais. Morte do segurado. Pagamento a menor. Ação de cobrança da diferença cumulada com indenização por danos morais. 1. Resta configurado o dano moral decorrente da negativa injustificada, pela seguradora, do pagamento do valor integral da indenização, não se tratando de simples inadimplemento da seguradora, mas de sonegar aos beneficiários impúberes já vulneráveis em razão da perda do genitor verba que se destina, justamente, a remediar a perda do provedor. 2. O pagamento da diferença deve sofrer incidência dos consectários legais a partir da data em que deveria se dar a quitação integral, nos termos do artigo 389 e seguintes do Código Civil. 3. Deram provimento ao recurso dos autores e negaram provimento ao da ré.**

(TJ-SP - APL: 41866320068260323 SP 0004186-63.2006.8.26.0323, Relator: Vanderci Álvares, Data de Julgamento: 30/01/2013, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 01/02/2013)

No caso concreto, entendo que a quantia fixada pelo juízo *a quo* de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) atende à proporcionalidade e à razoabilidade, e cumpre a sua dupla finalidade, isto é, a de punir o ofensor pelo ato ilícito cometido e a de reparar a vítima pelo sofrimento suportado.





ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

203

*[Assinatura]*

Apelação Cível nº 0324036-8

Por fim, insurge-se o apelante quanto aos honorários advocatícios fixados pelo juízo *a quo* de 15% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil.

Contudo, sopesados os critérios previstos no parágrafo terceiro do art. 20 do Código de Processo Civil, entendo que tal valor encontra-se adequado ao presente caso, estando, inclusive, em observância aos limites de 10 a 20% estabelecidos, devendo, deste modo, ser mantido o percentual fixado aos honorários advocatícios.

Isto posto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso de apelação interposto pela Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S/A, mantendo inalterada a decisão proferida pelo juízo singular.

É como voto.

Recife, 29/5/14.

*[Assinatura]*  
Tenório dos Santos

Des. Relator



Estado de Pernambuco

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Secretaria Judiciária  
Núcleo de Distribuição e Informação Processual do 2º Grau

**TERMO DE AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO**

TIPE
FLS.
190
101

0037289-33.2011.8.17.0001 (0324036-8)

Apelação

**C O N C L U S ã O**

Nesta data, concluo estes autos ao Des. Eduardo Augusto Paura Peres.

Recife, 6/1/2014.

Núcleo de Distribuição

*Claudia Lucia G. Costa Albuquerque*  
Claudia Lucia G. Costa Albuquerque  
Técnico Judiciário  
Matrícula: 167.539-7

**RELATADOS À DOUTA REVISÃO.**  
EM 23/4/14.

**Des. TENÓRIO DOS SANTOS**

*Tenório dos Santos*